



**Poder Legislativo**  
**Câmara de Vereadores do Município de Vilhena**  
**Palácio Vereador Nadir Ereno Graebin**  
**Gabinete do Vereador Ronildo Macedo**

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA  
DIRETORIA LEGISLATIVA

DATA 31/05/2023

HORA 12:14  
*Mariane Bellei*

**INSTITUI O PROGRAMA MERENDA NAS FÉRIAS E DAS  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Merenda nas Férias - PMF, consistente no fornecimento gratuito de alimentação de boa qualidade aos alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino durante o recesso escolar.

**Art. 2º** As escolas serão abertas nas férias para fornecimento da merenda, que compreende, no mínimo, uma refeição no período matutino ou vespertino.

**Parágrafo único.** Será incluída no PMF a escola que tiver manifestação de interesse de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total do corpo discente, cujos responsáveis legais serão consultados com antecedência de 30 (trinta) dias das férias.

**Art. 3º** Os contratos celebrados pela Secretaria Municipal de Educação para aquisição de alimentos poderão ser alterados para cumprimento do PMF, nos termos da legislação em vigor.

**Art. 4º** O PMF poderá ser conciliado com outros programas voltados para a realização de atividades nas férias.

**Art. 5º** Esta Lei será regulamentada, no que couber, por ato normativo do Poder Executivo.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vilhena, 29 de maio de 2023.

*Ronildo Macedo*  
**RONILDO MACEDO**  
Vereador





## JUSTIFICATIVA

Trata-se de propositura legislativa que dispõe sobre o fornecimento de alimentação de boa qualidade aos alunos da rede pública municipal de ensino durante as férias escolares.

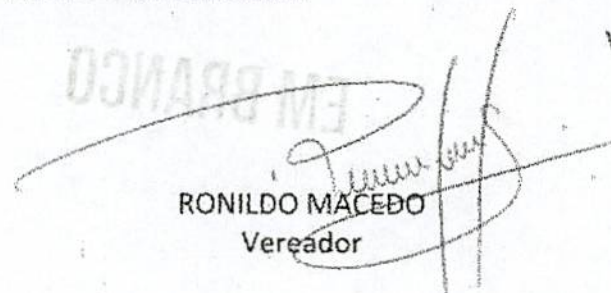
De acordo com o art. 208, VII, da Constituição Federal de 1988 é dever do Estado proporcionar educação pública, mediante a garantia de atendimento em todas as etapas da educação básica por meio de programa suplementar de alimentação. Via de regra, a rede pública municipal é frequentada por crianças e adolescentes carentes cujos pais trabalham em período integral, o que exige políticas públicas voltadas para o combate a fome e para a minimização dos efeitos deletérios que a subnutrição causa ao aprendizado.

A pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19), que levou a Prefeitura a suspender as aulas presenciais por aproximadamente dois anos, demonstrou que é possível e necessário o fornecimento de merenda nas férias escolares, período durante o qual muitos alunos são privados da única refeição de que dispõem para suprir suas necessidades nutricionais diárias.

Sendo assim, esta propositura legislativa vem ao encontro desta realidade, em consonância com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola aos alunos da educação básica, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, buscando, assim, atender uma garantia fundamental dos educandos vilhenenses, proporcionando-lhes melhor qualidade de vida e aprendizado.

Convicto da legalidade e constitucionalidade deste projeto de lei, submeto-o ao Plenário desta Casa de Leis para que delibere sobre o seu conteúdo.

Vilhena, 29 de maio de 2023.

  
RONILDO MACEDO  
Vereador